

PSICOLINGÜÍSTICA APLICADA: CATEGORIZAÇÃO DOS USOS DA ESCRITA, LETRAMENTO E INSERÇÃO SOCIAL

Mary Elizabeth Cerutti-Rizzatti¹

Michelle Donizeth Euzébio²

Anderson Jair Goulart²

michelledoni@yahoo.com.br

andersonjgoulart@hotmail.com

mary@cce.ufsc.br

RESUMO: Este artigo, inserido nos estudos de Psicolinguística Aplicada, topicaliza a língua escrita e tem como tema “letramento, categorização dos usos da escrita e inserção social”, construindo-se com base em teorizações de Street (1984), Heath (1982), Graff (1995), Barton (1994), Kleiman (1995), Howard (1987) e Signorini (2006). Tem como mote a seguinte questão de pesquisa: Crianças inseridas em contextos familiares distintos no que diz respeito a níveis de letramento categorizam diferentemente portadores de texto correspondentes a usos sociais específicos da escrita? O estudo teve como informantes de pesquisa dois meninos de seis anos de idade, distintos entre si precipuamente pela caracterização cultural da ambientação familiar. As crianças foram convidadas a categorizar cinco portadores de texto distintos, tendo como critério os eventos de letramento aos quais tais portadores se prestavam. Os resultados apontam para diferenças substantivas no comportamento das crianças, distinções, ao que parece, motivadas por sua inserção em um contexto familiar de maior nível de letramento ou de menor nível de letramento. A inclusão em uma ambientação familiar de maior nível de letramento parece facultar à criança ampliação de esquemas cognitivos, viabilizando a identificação mais precisa de portadores de texto pertencentes a eventos de letramento específicos. Essa ampliação parece remeter a práticas de letramento de natureza distinta.

PALAVRA-CHAVE: Ambientação familiar. Esquemas cognitivos. Práticas e eventos de letramento.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Língua e Literaturas Vernáculas e do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

² Graduandos de sétima fase do Curso de Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

INTRODUÇÃO

O tema deste artigo são relações entre configuração de esquemas cognitivos infantis no que tange a textos escritos e inserção familiar da criança no que diz respeito a níveis de letramento. Os informantes são dois meninos que, apesar de viverem em um *mesmo* bairro, em uma *mesma* cidade e de estudarem em uma *mesma* classe de uma *mesma* escola, estão expostos a diferentes níveis de letramento em razão do contexto familiar em que se encontram inseridos. Tais crianças evocam diferentes esquemas cognitivos para tratar dos mesmos portadores de textos, em usos sociais da escrita que têm lugar na realidade cotidiana.

O objetivo do artigo é descrever, com base em Barton (1994), como *práticas de letramento* distintas justificam comportamentos diferenciados para *eventos de letramento* análogos, repercutindo na configuração dos esquemas cognitivos infantis. As teorizações que ancoram a discussão são textos já clássicos sobre o tema, a exemplo de Street (1984), Heath, (1982), Graff (1995), Kleiman (1995) e Howard (1987), paralelamente a discussões atuais de Signorini (1998; 2006), Rojo (2007) e Leme Britto (2003).

1. LETRAMENTO: CONCEPÇÕES SEMINAIS E RESSIGNIFICAÇÕES DOS USOS SOCIAIS DA ESCRITA.

Os estudos da linguagem historicamente têm revelado propensões para visões mais formalistas ou mais funcionalistas, mais teóricas ou mais aplicadas, tanto quanto para tentativas de conciliação desses focos. Se, porém, tais focos forem tomados à luz da natureza constitutiva dos signos lingüísticos e das razões pelas quais esses mesmos signos se justificam na história humana, necessariamente perspectivas formais e funcionais, tanto quanto perspectivas teóricas e aplicadas, possivelmente mostrar-se-ão faces imbricadas de um mesmo fenômeno: a língua(gem) na vida humana.

A escrita, ainda que apenas recentemente tenha conquistado relativo *status* no âmbito dos estudos lingüísticos, não foge às oscilações entre teorizações imanentes ao sistema em que se estrutura e teorizações voltadas para as relações sociais que potencialmente medeia. O conceito de *letramento*, tomado na dicotomia *concepção autônoma* versus *concepção ideológica* parece sinalizar para esse clássico embate.

O fenômeno do *letramento*, tomado historicamente como correlato à *erudição*, a partir das últimas décadas do século passado e sob a égide de concepções funcionalistas com trânsito também na Psicolinguística Aplicada, ganhou expressiva ressignificação. Em se tratando desse tema, é preciso considerar que a Linguística Aplicada – e, por extensão, a Psicolinguística Aplicada –, hoje, requer para si uma nova condição, que a destitua de sua natureza *disciplinar* e que lhe faculte interação efetiva com outros campos do pensamento humano, entre os quais as ciências antropológicas ganham especial atenção.

Escreve Rojo (2007, p. 1762):

Trata-se [...] de se estudar a língua real, o uso situado da linguagem, os enunciados e discursos, as práticas de linguagem em contextos específicos, buscando não romper esse frágil fio que garante a visão da rede, da trama, da multiplicidade, da complexidade dos objetos-sujeitos em suas práticas.

Signorini (1998, p. 101), a exemplo de outros estudiosos da área, advoga em favor da ruptura das fronteiras da *Linguística Aplicada* no que diz respeito a uma visão disciplinar. A autora critica a tradição analítica que compartimenta o conhecimento e que zela para que não haja interpenetrações – cada ciência deve manter-se nos limites de seu objeto de conhecimento e de seu método. Segundo a autora, é preciso contemplar “[...] a ‘mistura que tece o mundo’, ou ‘tecido inteiriço das naturezas-culturas’, isto é os elementos híbridos em que se entrelaçam o mundo dos objetos e o mundo dos sujeitos, agenciados (ou envolvidos) numa mesma trama ou rede através de um fio frágil [...]”.

A redefinição do conceito de *letramento* é compatível com esse movimento da *Linguística Aplicada* de aproximação, de imbricamento dialógico com outros campos das ciências. Estudiosos como Inês Signorini, Ângela Kleiman, Leda Tfouni e Magda Soares, entre outros, têm promovido interfaces com estudos de antropólogos como Brian Street e David Barton, e com etnógrafos como Shirley Heath, e têm socializado suas impressões sobre novos olhares acerca dos usos sociais da escrita. Essa socialização vem contribuindo, por exemplo, na construção de repostas possíveis para a forma como sujeitos mais escolarizados ou menos escolarizados movem-se nas sociedades grafocêntricas atuais, apresentando alternativas para ressignificar a compreensão desse fenômeno, foco de interesse efetivo do (psico)lingüista aplicado.

Hoje, a concepção de *letramento* como usos sociais da escrita motivados por ancoragens políticas, sociais e históricas denota a forma como as diferentes culturas lidam com a língua escrita, contrapondo-se ao conhecido posicionamento de estudiosos

como Angela Hildyard, David Olson e Patrícia Greenfield, dentre outros pesquisadores, cuja argumentação fez crer a muitos interessados na área que culturas escolarizadas seriam superiores a culturas ágrafas no que respeita à capacidade de abstração do real, por exemplo. Posturas como essa potencializaram equívocos relacionados à valoração e à hierarquização de culturas a partir do maior ou menor domínio da língua escrita.

A partir dessa nova perspectiva, indivíduos inseridos em sociedades grafocêntricas, teoricamente, seriam letrados. Segundo Kleiman (1995, p.19), em texto seminal sobre o tema no Brasil, “[...] o letramento [pode ser definido] como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos [...]”. Essa definição de Kleiman potencializa, em nível nacional, um olhar distinto sobre o tema *letramento*, imprimindo a essa discussão uma conotação social, histórica e cultural até então pouco conhecida, exceto pelos estudos de Paulo Freire³, os quais já sinalizavam para uma concepção sociologicamente construída para a escrita.

Leme Britto (2003), ao discutir o conceito de letramento, propõe um entendimento mais global para esse fenômeno. Segundo ele, é preciso

[...] recolocar a questão do letramento (ou alfabetismo) em outros termos – não simplesmente como condição definida pelo que uma pessoa seria capaz de fazer usando a escrita, mas, mais globalmente, como os modos pelos quais os sujeitos e os grupos sociais se inserem nas esferas públicas, se localizam nos espaços culturais e participam (ou não) dos benefícios dos avanços tecnológicos e econômicos. (p. 61 e 62)

Nesse campo de estudos, é fundamental, por razões históricas e de proposições conceituais, referenciaros Heath (1982), Street (1984), Barton (1994) e Graff (1995), a despeito das considerações de Signorini (2006) sobre a aura de iluminação emancipatória e modernização tecnocientífica de que eventualmente tenham se revestido alguns desses estudos. Pesquisas empreendidas por esses teóricos, muitas delas de natureza etnográfica, evidenciaram o impacto da escrita em diferentes configurações culturais. Nesse processo, atentaram para a necessidade de analisar a

³ Paulo Freire, na obra “A importância do ato de ler” (2006 [1992]), registra sua compreensão de que a leitura de mundo antecede a leitura da palavras. Importa considerar, nessa discussão, posições contrárias a essa visão, a exemplo de Morais (1996), o qual, em uma concepção cognitivista internalista, defende que, para haver leitura, há que haver, preliminarmente, escrita a ser decodificada. Não havendo escrita, o que se dá são processos perceptivos, e não leitura, a exemplo de “ler os lábios”, “ler os olhos” e, por extensão inferencial, “ler o mundo”. Neste artigo, comungamos com a visão de Freire.

atividade escrita à luz do papel e das funções que exerce em diferentes recortes social, cultural e historicamente delimitados.

Street (1984), na busca pela ampliação do espectro analítico das funções sociais da escrita, propôs a existência de dois modelos de letramento, o *modelo autônomo* e o *modelo ideológico*, posicionando-se favoravelmente em relação a este último. No *modelo autônomo*, a escrita seria tomada em uma perspectiva de imanência, concebida em sua internalidade, independentemente dos contextos de uso. Sob esse ponto de vista, a língua escrita seria regida por uma lógica inerente ao sistema que a constitui e pela racionalidade, distinguindo-se da língua oral e estabelecendo com ela uma relação dicotômica.

Street (1984) assinala que, para a concepção autônoma de letramento, as funções da linguagem são significativamente afetadas pelo domínio de um sistema escrito, sobretudo em se tratando de funções lógicas. Sob essa ótica, a escrita habilitaria os usuários em tais funções lógicas, o que não se processaria da mesma forma por meio da oralidade. Essa concepção, no entendimento do estudioso, pauta-se em distinções de funções da linguagem ligadas a condições de verdade e funções ligadas a relacionamentos interpessoais, sobrevalorando as primeiras.

Graff (1995) discute as implicações do mito do letramento, em tese, tomando-o sob a perspectiva do *modelo autônomo*:

[...] até muito recentemente, concepções acadêmicas e populares sobre o valor das habilidades de ler ou escrever tinham quase universalmente seguido suposições e expectativas normativas a respeito de vagos, “mas ao mesmo tempo poderosos”, efeitos que presumivelmente acompanhariam a difusão da alfabetização [letramento]⁴. Pelos dois últimos séculos, eles têm estado inextrincável e inseparavelmente ligados a teorias sociais e pós-iluministas, “liberais” e às expectativas contemporâneas com respeito ao papel da alfabetização [letramento] e da escolarização no desenvolvimento socioeconômico, na ordem social e no progresso individual.

Segundo Graff (1995), as implicações do que chamou de “mito do letramento” são significativas, mas esse mito, em seu entendimento, não serve mais como uma explicação satisfatória para o lugar do letramento na sociedade, na política, na cultura e na economia. Escreve: “Se o presente nos ensina alguma coisa é que os supostos lugares

⁴ Leia-se, aqui, o termo “alfabetização” como correlato a “letramento”. Essa obra data de 1995, época em que o conceito de “letramento” tal qual o concebemos hoje não tinha, ainda, ganhado curso no país; logo, em traduções, *literacy* era tomado como correlato de “alfabetização”.

da alfabetização [letramento] e da escolarização não são nem sacrossantos, nem muito bem compreendidos.” (p. 27) E prossegue:

Se alguma coisa aprendemos [...] é que o interesse histórico e social, e não os sistemas de lógica, determinam o que conta como conhecimento. [...] Dessa perspectiva, voltamo-nos para uma compreensão histórica da alfabetização [letramento], pelo que ela pode nos ensinar outra vez sobre [...] o passado e também pela luz que ela lança sobre questões urgentes do presente. (p. 27)

Signorini (2006), por sua vez, chama atenção para a multiplicação e diversificação crescentes das agências – espaços institucionais de produção e reprodução de práticas letradas – e dos tipos de letramento – variedade dessas práticas e de suas funções na interação social. A autora entende esses componentes como caracterizadores da dinâmica sociocultural relacionada à disseminação da escrita como tecnologia e instrumento de poder.

Outro ingrediente fundamental da dinâmica sociocultural de disseminação da escrita é a universalização de mitologias relacionadas aos poderes da letra, do texto, do livro, da cultura letrada, particularmente a tecnocientífica, enquanto vetores de progresso e emancipação individual e coletiva (p. 175)

O mito do letramento ao qual Graff faz referência e as preocupações de Signorini remetem ao *modelo autônomo de letramento*, criticado por Street (1984), dada a premissa subjacente em ambos os conceitos de que o domínio da leitura e da escrita, por si só, emanciparia os sujeitos e poderia assegurar o desenvolvimento das nações. No bojo dessas reflexões míticas, no entanto, não se encontra, via de regra, a discussão acerca de quem são esses sujeitos a emancipar e de que tipo de desenvolvimento se trata efetivamente. Parece haver verdadeira assepsia de fatores socioculturais e históricos, tomados em sua complexidade.

Para Street (1984), o modelo autônomo foi construído com propósitos políticos específicos. Em seu entendimento, o uso do letramento sob essa perspectiva retomaria a “teoria da grande divisa” entre “povos lógicos” e “povos pré-lógicos”. Evidências antropológicas, esclarece o autor, sugerem haver pensamento científico e não-científico em todas as sociedades e no *interior* de todos os indivíduos. No discurso dos adeptos do *modelo autônomo de letramento*, segundo Street (1984), a divisão entre *letrados* e *não-letrados* seria uma divisão entre tecnologias tão-somente e não envolveria hierarquização entre culturas. A suposta natureza *técnica* e *neutra* do modelo autônomo de letramento, adverte ele, absolveria seus adeptos desse equívoco. Para Street (1984),

no entanto, a idéia de *superioridade intelectual* está presente nesse modelo em que pese o discurso contrário por parte dos teóricos dessa vertente.

Ao propor o *modelo ideológico*, o autor argumenta que o *letramento* deve ser definido em termos de práticas sociais concretas. Defende que modos de comunicação oral e escrito não devem ser dicotomizados, ligados a estágios evolucionários do desenvolvimento humano; devem ser concebidos como aspectos normais da cultura humana.

O uso da escrita, sob essa perspectiva, apresentaria variação espacial e temporal, atendendo a diferentes propósitos das relações interpessoais. Muitas das generalizações que têm sido feitas sobre os impactos da escrita, no entendimento de Street (1984), não são sustentáveis como relações causais – o *letramento* sendo concebido como condição suficiente ou necessária para alguns estágios de desenvolvimento. Segundo ele, há outros fatores implicados nessa discussão: condições político-econômicas, estruturas sociais e ideologias locais. O foco, no entendimento de Street (1984), deve estar no *letramento* como *uso* e não como *tecnologia* – contraposição a argumentos tecnológicos deterministas e universais, já que os usos da escrita são particularmente admiráveis –, não se trata de observar meramente a adoção da escrita em si, mas o que ela faz e que papel assume nas relações sociais em cada cultura.

Outro estudo seminal, de natureza etnográfica, que merece referência no âmbito deste artigo, é a pesquisa empreendida por Heath (1982), que trabalhou com crianças das comunidades estadunidenses de Maintown, Roadville e Trackton, relacionando práticas de *letramento* com que as crianças conviviam em casa e a maior ou menor convergência dessas práticas com os usos da escrita na escola. Seu foco foi a contação de histórias a que os pais, nessas comunidades, costumam ou não proceder na hora em que as crianças vão dormir.

Em sua análise dos dados, Heath (1982) distingue usos sociais da escrita característicos de cada qual das comunidades, observando como tais usos repercutem nas relações sociais, o que remete à forma como os interactantes constroem sentidos na oralidade e às formas de organização social, incluindo a interação na família. Na comunidade de Maintown, os usos sociais da escrita aproximam-se significativamente da forma como a escola processa tais usos. Já na comunidade de Roadville e, mais ainda, na comunidade de Trackton, esses mesmos usos distinguem-se daqueles prevalentes na escola, o que, segundo Heath (1982), tem implicações sobre o desempenho infantil, assegurando às crianças da comunidade de Maintown maiores

possibilidades de sucesso do que às demais, sobretudo a partir do quarto ano de escolarização.

Esse estudo amplamente conhecido de Heath (1982) sinaliza para o fato de que o modelo de letramento prevalecente na escola é o *autônomo* e favorece crianças de grupos majoritários altamente escolarizados, não se mostrando convergente com as experiências de escrita de crianças de grupos marcados por menores níveis de escolarização. A pesquisa aponta para a impropriedade da ação escolar, em razão da prevalência de um modelo unilinear de desenvolvimento na aquisição de usos e estruturas lingüísticas, o que denega a diversidade cultural de modos de apropriação de conhecimento, uma vez que diferentes agrupamentos culturais lidam com a língua escrita em práticas diferenciadas.

A esse respeito, vale referenciar teorizações de Barton (1994) respectivas à distinção entre *eventos de letramento* e *práticas de letramento*. De acordo com o autor, os eventos de letramento seriam atividades humanas em que a escrita está presente, enquanto as práticas seriam formas culturais de fazer uso da escrita nesses eventos. Alguns eventos de letramento compreendem ações da vida diária que envolvem a escrita, como a discussão de uma reportagem de jornal em um grupo de amigos, ou a anotação e a organização das compras do mês. O ato de um adulto contar histórias para uma criança, durante a noite, também seria exemplo de um evento de letramento, principalmente quando isso acontece de forma recorrente.

Já as *práticas de letramento* corresponderiam às diferentes formas como as culturas lidam com tais contação de histórias, discussão de reportagens de jornais, produção de listas de compras etc. Parece inequívoco que agrupamentos culturais distintos tendem a lidar de forma distinta com os usos sociais da escrita. Eventos de letramento como uma aula, um ritual de casamento ou um julgamento criminal, entre tantos outros, tendem a assumir configurações bastante distintas de uma cultura para outra, situações que evidenciarão efetivas distinções entre os *eventos* tomados em si mesmos e as *práticas*, concebidas como “formatações” dadas a esses eventos.

É possível inferir, com base nas considerações até aqui alinhavadas, que os usos sociais da escrita que se estabelecem em um entorno cultural tendem a contribuir para a caracterização de tal entorno em sua configuração antropológica. As *práticas de letramento* distinguem-se nas diferentes comunidades, o que parece repercutir de modo efetivo na forma como as crianças, por exemplo, concebem os diferentes *eventos de letramento*, fazendo usos diferenciados da língua escrita e interpretando de modo

singular os usos de que tomam parte. O olhar sobre o comportamento infantil, sob esse enfoque, motivou o estudo cuja descrição se dá na seqüência deste artigo.

2. UM OLHAR SOBRE O COMPORTAMENTO INFANTIL DIANTE DA/ COM A ESCRITA

O estudo a ser descrito nesta seção foi realizado pelos dois primeiros autores deste artigo, graduandos do Curso de Letras, na quinta fase do processo de formação. Trata-se de uma abordagem qualitativa que pode se concebida como um breve estudo de caso movido pela seguinte problemática de pesquisa: Crianças inseridas em contextos familiares distintos no que diz respeito a níveis de letramento categorizam diferentemente portadores de texto correspondentes a usos sociais específicos da escrita? Na subjacência dessa problemática, estão a distinção entre *práticas* e *eventos de letramento* proposta por Barton (1994) e o conceito de esquemas cognitivos (HOWARD, 1987; BADDELEY, 1990).

A realização do estudo envolveu, como informantes de pesquisa, dois meninos de seis anos de idade, moradores da cidade de Garopaba/SC. Um dos meninos, aqui referido como MA, é filho único de pais cuja escolarização corresponde ao Ensino Médio completo. A mãe é proprietária de um salão de beleza e está constantemente fazendo cursos de capacitação profissional. O pai é motorista de ônibus. A avó e a tia, que estão em freqüente contato com a criança, têm titulação de nível superior em licenciaturas e atuam como professoras. Essa criança está em contato freqüente com eventos de letramento típicos de grupos escolarizados.

O segundo informante de pesquisa, aqui referido como MB, é um dentre cinco filhos de pais cuja escolarização corresponde à quarta série do ensino fundamental. A mãe é costureira, o pai trabalha como vigilante, e a irmã mais velha é empregada doméstica. Essa criança mantém pouco contato com eventos de letramento típicos de grupos escolarizados.

Quanto à especificação do entorno, MA vive em constante contato com tecnologias, dado que, em sua casa, dispõe de videogame, televisão a cabo, DVD, além de revistas e livros infantis existentes em relativa abundância; tem, ainda, livre acesso a computador. MB, por sua vez, não dispõe desses recursos tecnológicos em casa e nem mesmo conta com livre acesso à televisão, possivelmente em decorrência de ser membro de família de confissão evangélica cuja doutrina impõe limitações a esse tipo

de lazer. O menino também não tem contato intenso com livros e revistas e tampouco com computador.

São crianças que vivem em um *mesmo* bairro de uma *mesma* cidade, freqüentam uma *mesma* classe, em uma *mesma* escola, e que não apresentam grandes disparidades socioeconômicas, se considerada a empregabilidade dos pais, caracterizada por ocupações de menor valoração social e que não requerem maior nível de escolarização. Evidentemente, em se tratando da família de MB, prover sustentação a cinco filhos tem implicações distintas de fazê-lo para apenas um, como é o caso da família de MA, o que possivelmente faculte a este último disponibilização, em casa, de recursos eletrônicos. De todo modo a ambientação social das crianças, em se tratando de inserção de bairro, interação escolar e rede de convivência, não parece tão díspar entre si. A diferença revela-se visível em se tratando da escolarização familiar e da disponibilidade de acesso a bens culturais em casa e participação em atividades sociais mais variadas ou menos variadas, o que tem implicações, também, com a confissão religiosa de um dos garotos.

A coleta de dados consistiu em entrevista informal e foi realizada com cada criança em diferentes horários, para que não houvesse discussão entre elas das respostas dadas por ocasião da interação e também para que, estando submetidas a uma atividade individual, se sentissem mais à vontade para dizer o que lhes aprouvesse. Em tempo, importa registrar que os meninos são amigos e convivem no cotidiano.

Primeiramente, foi mostrado a cada criança um conjunto de portadores de texto⁵ constituído por: ingresso de parque de diversão, cartão de crédito, passagem de ônibus, jornal e rótulo de refrigerante. Em seguida, as crianças foram questionadas a respeito do que sabiam sobre tais portadores de texto: para o que serviam, para que eram usados e se seus pais costumavam valer-se deles e em que circunstâncias o faziam.

A entrevista informal foi norteada pelos enfoques descritos no parágrafo anterior; as respostas foram anotadas pelos pesquisadores. Como os meninos faziam parte do círculo de relações dos graduandos autores do estudo, o processo interacional foi facilitado, dispensando a etapa de familiarização entre informantes e pesquisadores. Por ocasião da interação, MA mostrou-se mais comunicativo; soube identificar todos os

⁵ Para as finalidades deste artigo, optou-se pela designação “portadores de texto”, dado não ser foco do estudo os gêneros textuais/discursivos e suas implicações. Usar a terminologia “gêneros” demandaria explicitações teóricas que fogem ao propósito dos acadêmicos. No âmbito deste artigo, “portadores de texto” são concebidos como materiais que contêm escrita e, nessa condição, prestam-se a uma finalidade social específica.

portadores de texto, não evidenciando dificuldades em descrevê-los. Já MB, revelou-se bastante confuso na organização de suas respostas, titubeando em várias delas.

Importa retomar, aqui, as considerações de Leme Britto (2003) acerca das relações entre usos sociais da escrita e inserção social, tanto quanto as reflexões de Signorini (2006) sobre as relações entre disseminação da escrita e poder. A maior fluência de MA na atribuição de sentidos para os portadores de texto possivelmente decorra de uma inserção mais efetiva nos universos da escrita e de uma familiaridade significativa com tais portadores em situações contextuais seguramente mais variadas. Os titubeios de MB, por outro lado, podem ser sinalizadores da uma familiaridade menor com os processos, não somente de identificação das funções sociais dos portadores de texto, mas da habituação com o uso da linguagem para abstrair o real.

Street (1984), nas críticas que faz ao *modelo autônomo de letramento*, posiciona-se contrariamente à concepção de que o domínio da escrita viabilizaria a capacidade de abstração dos sujeitos, enquanto o não-domínio a limitaria. Segundo o autor o que a escrita faz não é viabilizar a abstração, mas formas mais variadas de verbalizá-la. Isso parece acontecer com MA. O contato mais intenso e variado com a escrita facultaria a ele maior capacidade de verbalização das abstrações que foi convidado a fazer, o que não se deu com MB.

O primeiro item focalizado na interação informal foi o cartão de crédito a seguir.



Portador de texto 1 – Cartão do Banco do Brasil

(Identificação elidida para segurança do usuário.)

Convidado a atribuir sentidos a esse portador de texto, MA enunciou: “É um cartão de crédito e serve para ir no banco sacar e depositar dinheiro; minha mãe sempre usa na loja.” Já os sentidos que MB atribuiu ao mesmo portador de texto foram os seguintes: “É um cartão de telefone para falar com o ‘carinha’; minha mãe vai no orelhão.”

Parece visível que, para os dois meninos, um mesmo portador de texto apresentou finalidades distintas de uso social. Ambas as crianças ancoraram suas respostas em práticas cotidianas, na concretude das relações sociais. Nem por isso, no entanto, entendemos não ter havido abstração, dado tratar-se da remissão desse portador a uma prática específica na qual não era tal portador, em sua singularidade, o objeto de uso: a categoria desses portadores é que estava implicada na reflexão.

Novamente Street (1984) e suas referências a culturas aborígenes, em cuja fala referem realidades concretas que, na subjacência, tem uma ampla abstração. Tome-se como exemplo o costume citado por ele, com base em estudos antropológicos de Lèvi-Strauss, das culturas *Fang* de *Gabon*, para as quais mulheres grávidas não devem comer carne de esquilos porque, quando encurralados, eles se refugiam no fundo das tocas. Em tese, o fato de a mãe comer a carne de esquilos poderia comprometer o feto, criando eventual relutância por ocasião de sua “extração” do útero materno. Às mesmas mulheres, no entanto, é recomendada por essas culturas a ingestão de carne de doninhas, porque tais animais conseguem se evadir, por sob a terra, quando perseguidos, o que prepararia as crianças para serem rápidas na fuga. Nesses casos, segundo Street (1984), os nativos estão lidando com classes conceituais e não com itens individuais.

Outra questão pertinente nessas respostas específicas diz respeito a esquemas cognitivos evocados pelos garotos. A categorização do real se dá por meio de representações mentais que constituem unidades organizacionais, as quais permitem compreender determinadas realidades e interagir tendo-as como tema. Essas unidades integram a memória e viabilizam a construção da aprendizagem. Trata-se dos esquemas, concebidos como conjuntos organizados de informações ou crenças, fundados na experiência – neste caso, fundados nos usos sociais da escrita. A organização do *input* sob forma de esquemas implica experiencição da realidade, vivências, interação com o real objeto de categorização. (HOWARD, 1987)

A construção dos esquemas envolve operações mentais que desencadeiam processos de emparelhamento ou distanciamento de representações já contidas na memória, as quais constituem base para abstrações que, por sua vez, compõem os esquemas propriamente ditos. Segundo Howard (1987) e Gagné *et al* (1993) abstrações conhecidas como *estereotípicas* e *prototípicas* viabilizam a compreensão da cultura e a vida em sociedade e, no caso específico deste estudo, os usos sociais da escrita.

Como podemos observar, para MA, há distinções mais específicas em se tratando da categoria “cartões” do que para MB. MA consegue evocar um esquema

cognitivo e emparelhá-lo com o que vê diante de si: o portador de texto é um cartão de crédito e não um cartão telefônico. Nesse emparelhamento, o campo de sentidos é significativo: o cartão tem dupla finalidade social, o uso no banco e o uso nas compras.

Possivelmente as experiências de MB não lhe tenham permitido distinguir, em sua organização esquemático-cognitiva, essa categoria específica, cartão de crédito, porque tal experiência não lhe permitiu conviver com o evento de letramento em que esse portador de texto se insere. Tendo presente estudos de Barton (1994), talvez pudéssemos supor que as *práticas de letramento* que o entorno familiar de MB lhe oferecem, como leque para compreensão de *eventos de letramento* passíveis de compatibilização com o portador de texto “cartão”, sejam menos variadas do que as *práticas* nas quais se insere MA.

Esse tipo de comportamento estende-se à atribuição de sentidos a outros portadores de texto. Em se tratando do “ingresso para o parque de diversões”, o comportamento dos meninos é flagrantemente diferenciado. Para MA, é “[...] um ingresso do parquinho; tem que entregar para o moço [...]”. MB, por sua vez, diz não saber do que se trata e supõe tratar-se de um cheque. Eis o portador de texto apresentado aos garotos:



Portador de texto 2 - Ingresso de parque de diversões

No caso específico de MB, a evocação a outro portador de texto, o cheque, parece evidenciar que o menino, além de não dispor de esquemas cognitivos previamente internalizados para o “ingresso de parque de diversões”, também não dispõe de esquemas cognitivos para o pareamento da categoria “cheque”. Aqui, vale a remissão a Leme Britto (2003) e suas considerações sobre correlações entre usos da escrita e inclusão social.

Importa, ainda, retomar Heath (1982) e suas reflexões acerca do imbricamento entre convergência da cultura familiar e da cultura escolar no que tange ao sucesso da criança em seu processo de educação formal. Tendo presente essas distinções no comportamento de MA e MB, talvez pudéssemos supor que eventual maior

convergência entre práticas de letramento familiar e práticas de letramento de prestígio social possa trazer consigo implicações de maior ou menor facilidade de inserção dos sujeitos da realidade grafocêntrica contemporânea.

Muitos cidadãos, a despeito de níveis privilegiados de escolarização, vêm-se, com frequência, alijados de determinados núcleos de interação porque desconhecem usos sociais da escrita com trânsito naqueles segmentos, a exemplo da não-familiaridade com catálogos de arte, libretos de ópera e gêneros afins. Isso sem mencionar a ignorância em ambientações escritas eletrônicas, tais como *MSN*, *Orkut*, *blog* etc., ignorância que não raro exclui tais cidadãos de determinados círculos sociais porque não se apropriaram dos esquemas cognitivos correlatos a eles.

Prevalece no comportamento dos meninos essa distinção quando os portadores de texto são a “passagem de ônibus” e a “notícia de jornal”. Os portadores em questão são esses:



Portador de texto 3 –

Ticket de passagem da empresa de transporte rodoviário Santo Anjo

Grifes de luxo marcam bazar com bens de megatraficante

Objetos apreendidos de Juan Carlos Ramirez Abadía serão leiloados em bazar beneficente

Seis leiloados, entre outros objetos, em benefício de uma entidade de assistência social, foram os bens apreendidos de Juan Carlos Ramirez Abadía, megatraficante colombiano, em um bazar beneficente realizado na noite de ontem (12) no Hotel Sheraton, em Porto Alegre. Os objetos foram apreendidos em uma operação conjunta da Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia de Trânsito, em uma ação que resultou na prisão de 30 pessoas e na apreensão de mais de 100 toneladas de drogas.

A quantidade de peças é tão grande que os organizadores já pediram autorização para que sejam 200 peças. Serão vendidos 100 itens, entre eles: relógios de luxo, óculos, roupas, sapatos, bolsas e acessórios.

MARCELO CARVALHO - O megatraficante colombiano Juan Carlos Ramirez Abadía está em cadeia em Porto Alegre. Ele controla toda a cadeia de tráfico de drogas no Brasil, desde a produção até a distribuição. Seus bens foram apreendidos em uma operação conjunta da Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia de Trânsito, em uma ação que resultou na prisão de 30 pessoas e na apreensão de mais de 100 toneladas de drogas.

Objetos apreendidos de Juan Carlos Ramirez Abadía serão leiloados em bazar beneficente

Seis leiloados, entre outros objetos, em benefício de uma entidade de assistência social, foram os bens apreendidos de Juan Carlos Ramirez Abadía, megatraficante colombiano, em um bazar beneficente realizado na noite de ontem (12) no Hotel Sheraton, em Porto Alegre. Os objetos foram apreendidos em uma operação conjunta da Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia de Trânsito, em uma ação que resultou na prisão de 30 pessoas e na apreensão de mais de 100 toneladas de drogas.

BAZAR E LEILÃO DE BENS DE ABADÍA

Vendas incluem relógios, óculos e roupas

Os objetos foram apreendidos em uma operação conjunta da Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia de Trânsito, em uma ação que resultou na prisão de 30 pessoas e na apreensão de mais de 100 toneladas de drogas.

Portador de texto 4 - Notícia do jornal
Jornal Folha de São Paulo, 8 de abril de 2008.

Para a “passagem de ônibus”, MA enuncia: “É uma passagem de ônibus da Santo Anjo. Eu já andei de Santo Anjo.” Importa contextualizar, aqui, que “Santo Anjo” é uma empresa de ônibus com linhas interestaduais, o que sugere que a experiência de MA, em se tratando de viagens, implica deslocamentos geográficos mais distantes. MB, por sua vez, enuncia: “É um papel de anotar o telefone quando a mãe vai telefonar.”

Graff (1995), em suas teorizações sobre o mito do letramento, denuncia a “aura” redentora com que historicamente as habilidades de leitura e escrita vêm sendo ovacionadas. Essa denúncia, no entanto, não traz consigo a negação da importância dessas habilidades, o que suscita é a compreensão delas à luz da historicidade dos sujeitos.

Tomar *letramento* sob o viés de práticas de uso social da escrita tem permitido aos estudiosos denunciar o que entendem como *modelo autônomo de letramento*, concebido como erudição, modelo ao qual todos os sujeitos, em tese, deveriam ascender sob pena de serem tidos como menos capazes. (STREET, 1984; KLEIMAN, 1995). Em oposição a esse modelo, propõem a existência de um *modelo ideológico de letramento*, segundo o qual cada sociedade e cada cultura lidam com a escrita de uma forma diferente, não mais complexa nem menos complexa, apenas singular.

Essa perspectiva não exime, naturalmente, a busca por padrões crescentemente mais refinados de trato com a língua escrita, mas nega a existência de um *padrão único*, para estabelecer *padrões internos a cada cultura* e tão-somente a elas correspondentes. Assim, não parece mais viável comparar e hierarquizar culturas tendo a escrita como parâmetro.

Retomando as considerações de Graff (1995) sobre o mito do letramento, é pertinente questionar se, no espectro social em que se inserem ambos os meninos, maior domínio dos usos sociais da escrita efetivamente asseguraria a MA uma posição privilegiada na estratificação social. Até que ponto isso poderá se suceder? Em que medida ambos os meninos, inseridos em um entorno de vizinhança tão similar, distintos por uma vivência familiar mais diversificada ou menos diversificada no que tange à escrita, terão destinos diversos em sua condição social e econômica?

Com relação ao jornal e à notícia focalizada, a diversidade de comportamento reitera-se. Para MA, o jornal é “[...] para ver notícia de acidente, assalto e navio que

afundou; o meu pai compra.” Enquanto para MB, é “[...] folha de ver figurinha, a mãe não compra.”. Novamente as práticas de letramento de que trata Barton (1994) ficam evidentes: como cada qual das famílias lida com o evento de letramento “ler jornais”? Na família de MA, o foco parecem ser as notícias de maior impacto sensacionalista; já na família de MB, é facultado à criança acesso à seção lúdica do jornal, em que pese o fato de a mãe não comprá-lo. Trata-se de práticas distintas para um mesmo evento de letramento.

No que tange ao “rótulo de refrigerante”, o comportamento das crianças é relativamente semelhante entre si. Eis o portador de texto:



Portador de texto 5 – Rótulo de refrigerante

Com relação aos significados desse portador de texto, para MA, é “[...] um papelzinho da garrafa do refrigerante, minha mãe sempre compra.” Para MB, é “[...] um papelão da garrafa de bebida. A mãe compra.” Aqui, a despeito da similaridade da resposta, parece claro haver uma maior precisão na seleção lexical de MA. MB, por sua vez, opta pelo hiperônimo “bebida”, novamente sugerindo uma categorização mais ampla e a evocação de um esquema cognitivo menos específico para aquele recorte do real.

As práticas de letramento parecem, pois, estar socialmente determinadas no contexto em que as crianças estão inseridas. De acordo com Kleiman (1995,) os estudos sobre letramento já não mais pressupõem efeitos universais, mas efeitos correlacionados às práticas sociais e culturais dos diversos grupos que usam a escrita. A cultura e o meio social em que o sujeito está inserido são, pois, extremamente significativos nas diferentes práticas de letramento de cada indivíduo, “[...] uma vez que é junto à mãe, nas atividades do cotidiano, que essas práticas orais são adquiridas” (KLEIMAN, 1995, p.18).

MA, filho de pais com maior nível de escolarização, mostrou-se mais bem informado acerca das funções sociais dos portadores de texto apresentados, possivelmente porque participe de eventos de letramento mais diversificados, dado que faz viagens interurbanas; frequenta bancos, lojas e parques; os pais costumam comprar e ler jornais. Essa experiência, em tese, teria facultado a ele uma maior expansão de seus esquemas cognitivos no que tange à categorização dos diferentes usos sociais da escrita no entorno sociocultural de que faz parte.

Já MB, inserido em um ambiente familiar de menor nível de escolarização, mostrou desconhecimento acerca da maioria dos portadores de texto, seguramente pela falta de acesso a eles. Sugere não frequentar bancos, não ir a parques de diversões, não fazer viagens interurbanas. Esse comportamento, em tese, estaria contribuindo para limitar o processo de construção de novos esquemas cognitivos no que tange ao uso da escrita.

Em se tratando da argumentação desenvolvida por cada criança durante a entrevista, ficou evidente a expressiva diferenciação entre as capacidades de verbalização do real abstraído. Isso, mais uma vez, remete às considerações de Street (1984) sobre a influência da escrita no desenvolvimento de habilidades de verbalização do pensamento abstrato; remete, ainda, a Kleiman (1995, p.27), para quem “[...] maior capacidade para verbalizar o conhecimento e os processos envolvidos numa tarefa é consequência de uma prática discursiva privilegiada na escola, que valoriza não apenas o saber, mas o “saber dizer””.

Uma questão que poderia emergir dessa discussão são as relações entre realidade socioeconômica e experiência sociocultural. A família de MA, por ter de prover a subsistência de um filho apenas (e não de cinco, a exemplo de família MB), poderia despender maiores recursos com a aquisição de bens culturais, o que repercutiria na ampliação dos esquemas cognitivos sobre os usos da escrita de MA, diferentemente do que ocorre com MB.

Surge flagrante esse tipo de relação, mas, em se tratando de MB, circunscrições comportamentais movidas por doutrinação religiosa seguramente se mostram bastante relevantes, tanto quanto o são, no caso de ambos os meninos, diferenças na escolarização dos pais.

Assim, talvez a questão central não sejam, precipuamente, maiores ou menores limitações econômicas decorrentes do número de filhos a prover, dado que ambas as famílias convivem no mesmo entorno social, mas posturas culturais e formação escolar

das quais possivelmente decorra priorização na destinação de recursos orçamentários e também concepções acerca de controle da natalidade, as quais, por sua vez, repercutem no tanto de filhos a prover. Parece, enfim, inequívoca a distinção entre as crianças no que respeita a níveis de letramento familiar, fator visivelmente implicado na configuração dos esquemas cognitivos infantis quanto à categorização de usos da escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada inseriu-se no ramo da Psicolinguística Aplicada, focalizando o conceito de *letramento* e a categorização dos usos da escrita com base no entorno social. Tendo como apoio teorizações de Street (1984), Heath (1982), Graff (1995), Barton (1994), Kleiman (1995), Howard (1987) e Signorini (2006), foi possível focalizar a importância que o meio social e familiar têm na ampliação dos esquemas cognitivos infantis no que tange aos usos sociais da escrita.

De acordo com Kleiman (1995), os estudos sobre *letramento* já não pressupõem efeitos universais, mas efeitos correlacionados às práticas sociais e culturais dos diversos grupos que usam a escrita. Os resultados do estudo revelam que a cultura e o meio familiar em que as crianças em questão estão inseridas são significativos na configuração de diferentes *práticas de letramento*, visto que a inclusão em um ambiente familiar de maior nível ou de um menor nível de *letramento* parece viabilizar à criança a identificação mais precisa ou menos precisa de portadores de texto pertencentes a interações sociais distintas.

Trata-se, em última análise, das teorizações de Barton (1994) sobre como um mesmo *evento de letramento* pode ganhar contornos distintos dependendo das *práticas de letramento* sob as quais seja empreendido e, em uma extensão dessa discussão, como *práticas de letramento distintas* repercutem na ampliação ou não de esquemas cognitivos do sujeito.

REFERÊNCIAS

1. BARTON, D. *Literacy - an introduction to the ecology of written language*. Oxford: Blackweell, 1994.
2. BADDELEY, Alan. *Human memory: theory and practice*. Hove, UK: Lawrence Erlbaum Associates, 1990.
3. GAGNÉ, E.D.; YEKOVICH, C.W.; YEKOVICH, F.R. *The cognitive psychology of school learning*. New York: Harper Collins College Publishers, 1993.
4. GRAFF, Harvey J. *Os labirintos da alfabetização: reflexão sobre o passado e o presente da alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
5. FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler – Em três artigos que se completam*. 47. ed. São Paulo: Cortez, 2006 [1992].
6. HEATH, S. B. What no bedtime story means: narrative skills at home and school. *Language in Society*, v. 11, p. 49-76.
7. HOWARD, R.W. *Concepts and schemata*. Philadelphia: PA / Cassel, 1987.
8. KLEIMAN, Angela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: _____. (Org.) **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
9. LEME BRITTO, Luiz Percival. Sociedade de cultura escrita, alfabetismo e participação. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2003. p. 47-63.
10. MORAIS, José. *A arte de ler*. São Paulo: Unesp, 1996.
11. ROJO, R.H.R. Gêneros do discurso no círculo de Bakhtin - ferramentas para a análise transdisciplinar de enunciados em dispositivos e práticas didáticas. *Anais do IV simpósio internacional de estudos e gêneros textuais*. Tubarão/SC, agosto de 2007. p. 1761-1775.
12. SIGNORINI, I. A questão da língua legítima na sociedade democrática: um desafio para a Lingüística Aplicada contemporânea. In: MOITA-LOPES, Luiz Paulo da. (Org.) *Por uma lingüística indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 169-189.
13. SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M.C. (Orgs.) *Lingüística Aplicada: perspectivas*. Campinas/SP: Mercado das Letras, 1998.
14. STREET, B. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: CUP, 1984.

RESUMO: Este artigo, inserido nos estudos de Psicolinguística Aplicada, topicaliza a língua escrita e tem como tema “letramento, categorização dos usos da escrita e inserção social”, construindo-se com base em teorizações de Street (1984), Heath (1982), Graff (1995), Barton (1994), Kleiman (1995), Howard (1987) e Signorini (2006). Tem como mote a seguinte questão de pesquisa: Crianças inseridas em contextos familiares distintos no que diz respeito a níveis de letramento categorizam diferentemente portadores de texto correspondentes a usos sociais específicos da escrita? O estudo teve como informantes de pesquisa dois meninos de seis anos de idade, distintos entre si precipuamente pela caracterização cultural da ambientação familiar. As crianças foram convidadas a categorizar cinco portadores de texto distintos, tendo como critério os eventos de letramento aos quais tais portadores se prestavam. Os resultados apontam para diferenças substantivas no comportamento das crianças, distinções, ao que parece, motivadas por sua inserção em um contexto familiar de maior nível de letramento ou de menor nível de letramento. A inclusão em uma ambientação familiar de maior nível de letramento parece facultar à criança ampliação de esquemas cognitivos, viabilizando a identificação mais precisa de portadores de texto pertencentes a eventos de letramento específicos. Essa ampliação parece remeter a práticas de letramento de natureza distinta.

PALAVRA-CHAVE: Ambientação familiar. Esquemas cognitivos. Práticas e eventos de letramento.

ABSTRACT: The present article, deriving from the area of Applied Psycholinguistics, takes written language as a starting point to deal with the theoretical issues of literacy, schemata and social insertion. The sources relied on for the present discussion are Street (1984), Heath (1982), Graff (1995), Barton (1994), Kleiman (1995), Howard (1987) and Signorini (2006). This paper intends to answer the following research question: Do children inserted in different familiar contexts regarding literacy present the same schemata to understand uses of written language? The study has been carried out with two six year-old boys whose only expressive difference was the familiar context in reference to literacy. These kids answered questions relative to the purpose of written textual genres that are usual in society. Results show expressive differences in the children’s behavior probably motivated by their insertion in a familiar context with a more or less elevated level of literacy. As it appears, the more elevated level of literacy a familiar context provides for their kids, the more probability these kids construct their schemata regarding the social use of written language. This schemata enhancement seems to lead to literacy practices of distinct nature.

KEYWORDS: Literacy. Schemata. Familiar context.

RESUMEN: Este artículo, insertado en los estudios de Psicolinguística Aplicada, enfoca la lengua escrita y tiene como tema “alfabetización funcional, categorización de los de la escritura e inserción social”, construyéndose en base a teorizaciones de Street (1984), Heath (1982), Graff (1995), Barton (1994), Kleiman (1995), Howard (1987) y Signorini (2006). Tiene como tema la siguiente cuestión de investigación: ¿Niños insertados en contextos familiares distintos en relación al nivel de alfabetización funcional categorizan diferentemente portadores de texto correspondientes a usos sociales específicos de escritura? El estudio tuvo como informantes de investigación a dos niños varones de seis años de edad, distintos entre sí principalmente por la caracterización cultural del ambiente familiar. Los niños fueron invitados a categorizar cinco portadores de texto distintos, teniendo como criterio los eventos de alfabetización funcional a los cuales tales portadores se prestaban. Los resultados señalan diferencias sustantivas en el comportamiento de los niños; estas distinciones, según parece, motivadas por su inserción en un contexto familiar de mayor nivel de alfabetización funcional o de menor nivel de alfabetización funcional. La inclusión en un ambiente familiar de mayor nivel de alfabetización funcional parece facultar al niño con la ampliación de esquemas cognitivos, viabilizando la identificación más precisa de portadores de texto pertenecientes a eventos de alfabetización funcional específicos. Esa ampliación parece remitir a prácticas de alfabetización funcional de naturaleza distinta.

PALABRAS CLAVE: Ambiente familiar. Esquemas cognitivos. Práticas y eventos de letramento.

Recebido no dia 05 de junho de 2008.

Artigo aceito para publicação no dia 08 de julho de 2008.